



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOÃO CRISTÓVÃO DA SILVA MUSSOQUE

**O ENSINO BILÍNGUE COMO FATOR DE INCLUSÃO:
O USO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

JOÃO CRISTÓVÃO DA SILVA MUSSOQUE

**O ENSINO BILÍNGUE COMO FATOR DE INCLUSÃO:
O USO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA**

Trabalho de conclusão de curso do
Bacharelado em Humanidades. Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Alexandre A. Timbane.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

M981e

Mussoque, João Cristóvão da Silva.

O ensino bilíngue como fator de inclusão : o uso das línguas nacionais no sistema de ensino em Angola / João Cristóvão da Silva Mussoque. - 2025.
55 f. : il. color.

Monografia (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre António Timbane.

1. Educação bilíngue - Angola. 2. Linguagens e línguas. 3. Educação inclusiva. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 371.9709673

JOÃO CRISTÓVÃO DA SILVA MUSSOQUE

**O ENSINO BILÍNGUE COMO FATOR DE INCLUSÃO:
O USO DAS LÍNGUAS NACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO EM ANGOLA**

Trabalho de conclusão de curso do
Bacharelado em Humanidades. Universidade
da Integração Internacional da Lusofonia
Afro-Brasileira (UNILAB).

Aprovado em: 02/12/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre António Timbane (Orientador)

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Giana Targanski Steffen

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Carlos Gustavo Pereira

Universidade Estadual de Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Célia Adriano Cossa Mutevuia

Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela graça da vida, pela força, saúde.

Aos meus pais (Mariana Simões da Silva e Cristóvão João Mussoque), meus irmãos, que serviram também de força para poder continuar, vocês são o meu motivo de nunca desistir, e lembrar sempre de onde venho e aonde quero ir.

A minha namorada, Norilde José da Silva que muito me incentivou e ajudou, tanto na escolha do tema e outros ajustes concernente ao meu trabalho, muito obrigado Bae, foste muito especial nessa fase, só você sabe dizer como foi esse processo todo.

Aos familiares e amigos pelo apoio incondicional, compreensão e incentivo constante, que foram fundamentais para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante da minha formação. Especialmente ao João José Miguel, João Matias Camongua e Sidney Fernandes.

Ao meu orientador, pela orientação, paciência e disponibilidade, cuja dedicação contribui significativamente para o desenvolvimento deste trabalho. Foi como um pai para mim, incentivando sempre a pesquisa, e querer dar sempre o melhor de mim.

RESUMO

A formação com qualidade é uma preocupação de todas as sociedades. A sociedade angolana é composta por povos falantes de diversas línguas. Essas línguas são restritas ao meio familiar, pois a constituição em seu artigo 19º, valoriza o português em detrimento das mais de vinte línguas nacionais de origem africana. O português é a única língua aceite pelo Ministério da Educação, caracterizando um ensino monolíngue, embora existam instituições que desenvolvem um ensino bilíngue sem reconhecimento ministerial. A questão das línguas africanas nas escolas angolanas é um desafio porque ainda há preconceito enraizado e implementado desde o período colonial. O presente trabalho, analisa o ensino bilíngue como fator de inclusão social no sistema educativo de Angola, com ênfase no reconhecimento e valorização das línguas nacionais. Buscou-se compreender as contribuições e desafios para a promoção da equidade na educação, frente a um contexto marcado pela predominância do português e pela marginalização das línguas locais. Por conseguinte, procuramos compreender como a implementação do ensino bilíngue pode promover a inclusão social, reduzir desigualdades e valorizar as identidades culturais e linguísticas angolanas. Tendo como objetivo identificar políticas públicas e práticas associadas à introdução das línguas nacionais no ensino, descrever estratégias para sua valorização e analisar os desafios enfrentados. Examinamos a situação sociolinguística do país, a organização do sistema educativo e os princípios estabelecidos na Constituição da República que orientam o uso das línguas nacionais no ensino. A pesquisa foi desenvolvida com base na abordagem mista, utilizando o questionário como instrumentos de coleta de dados por meio de questionários aplicados via Google Formulário a nove (9) pais e encarregados de educação e dez (10) professores. Os resultados indicam que o reconhecimento das línguas nacionais é fundamental para combater as desigualdades históricas e promover uma educação mais inclusiva. Contudo, apontam também obstáculos estruturais, como a insuficiência de materiais didáticos, a falta de formação específica para docentes e a persistente resistência cultural ao bilinguismo. Conclui-se que a implementação eficaz do ensino bilíngue em Angola pode contribuir para a qualidade educativa, para valorização das línguas nacionais de origem africana, e a para a construção de uma sociedade mais plural e socialmente inclusiva.

Palavras-chave: educação bilíngue - Angola; linguagens e línguas; educação inclusiva.

ABSTRACT

Quality education is a concern for all societies. Angolan society is composed of people who speak various languages. These languages are restricted to the family environment, as the constitution in its article 19th values Portuguese over the more than twenty national languages of African origin. Portuguese is the only language accepted by the Ministry of Education, meaning monolingual education, but there are also institutions that develop bilingual education without ministerial recognition. The issue of African languages in Angolan schools is a challenge because there is still deep-rooted prejudice that has been in place since the colonial period. The present work analyzes bilingual education as a factor of social inclusion in the Angolan educational system, with an emphasis on the recognition and appreciation of national languages. The aim was to understand the contributions and challenges for promoting equity in education, in a context marked by the predominance of Portuguese and the marginalization of local languages. Therefore, we sought to understand how the implementation of bilingual education can promote social inclusion, reduce inequalities, and value Angolan cultural and linguistic identities. Aiming to identify public policies and practices associated with the introduction of national languages in education, describe strategies for their enhancement, and analyze the challenges faced. We examined the sociolinguistic situation of the country, the organization of the educational system, and the principles established in the Constitution of the Republic that guide the use of national languages in education. The research was developed based on a mixed approach, using questionnaires as data collection instruments thru questionnaires applied via Google Forms to nine (9) parents and guardians and ten (10) teachers. The results indicate that the recognition of national languages is fundamental to combating historical inequalities and promoting a more inclusive education. However, they also point out structural obstacles, such as the lack of teaching materials, the absence of specific training for teachers, and the persistent cultural resistance to bilingualism. It is concluded that the effective implementation of bilingual education in Angola can contribute to educational quality, the appreciation of national languages of African origin, and the construction of a more plural and socially inclusive society.

Keywords: bilingual education – Angola; languages and language varieties; inclusive education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROBLEMA	10
3	HIPÓTESES	11
4	OBJETIVOS	11
4.1	GERAL	11
4.2	ESPECÍFICOS	12
5	JUSTIFICATIVA / RELEVÂNCIA DA PESQUISA	12
6	CAPÍTULO I - A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA	14
6.1	LOCALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS	15
6.2	O LUGAR DAS LÍNGUAS AFRICANAS EM ANGOLA	16
6.3	ENSINO BILÍNGUE	17
6.4	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS MULTILÍNGUES	18
6.5	DESAFIOS E POSSIBILIDADES	19
7	CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA	21
7.1	ENSINO PRIMÁRIO	21
7.2	ENSINO SECUNDÁRIO	22
7.3	ENSINO SUPERIOR	23
8	CAPÍTULO III - A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL LINGUÍSTICAS	25
8.1	A LÍNGUA KIMBUNDU	26
9	CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	29
9.1	LOCAL DA PESQUISA	29
9.2	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	29
9.3	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	30
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país localizado na costa ocidental da África Austral, com uma extensão territorial de 1.246.700 km² e uma população diversificada, composta por vários grupos étnico-linguísticos. Com uma história marcada por quase cinco séculos de colonização portuguesa, que deixaram profundas influências na cultura, na política e, sobretudo, na configuração linguística do país.

A exclusão das línguas nacionais no sistema de ensino angolano tem propagado desigualdades e limita o potencial de muitos estudantes, principalmente para quem o português não é a língua materna. Angola é um país caracterizado por sua diversidade linguística, “onde coabitam cerca de vinte línguas de origem africana, tratando-se de um país multilíngue e de diversidade cultural, além do português, que é a língua oficial” (Bernardo, 2018, p. 40). No entanto, o sistema educacional ainda enfrenta desafios significativos na implementação de políticas públicas que promovam a inclusão linguística. A priorização do português resulta na marginalização das línguas nacionais, que são o principal meio de comunicação para uma parte significativa da população, especialmente nas demais províncias.

Nesse sentido, ensino bilíngue surge como uma ferramenta importante na promoção de uma educação mais inclusiva, e valorização das identidades culturais e linguísticas. A UNESCO (2003. *Educação em um mundo multilíngue, tradução nossa do texto*), reconhece a importância do uso da língua materna na melhoria do aprendizado cognitivo dos alunos, além de contribuir para a redução das desigualdades sociais. Em Angola, iniciativas têm sido tomadas para incluir línguas nacionais no sistema de ensino, isso em algumas escolas privadas, mas ainda se deparam com grandes dificuldades estruturais, como a falta de capacitação de professores e a escassez de materiais didáticos.

Neste contexto, a introdução das línguas nacionais no sistema educativo é fundamental para reverter o quadro histórico de marginalização dessas línguas. Como destaca Chicumba (2019, p. 3), “A política cultural dos colonialismos europeus atribuiu sempre o estatuto de inferioridade às línguas africanas, designadas de dialetos. Esta situação oficializou-se em 1869 [...] e prolongou-se até 1975”. Esse histórico de exclusão resultou na predominância do português na administração pública, na educação e nos meios de comunicação, criando um cenário de desigualdade linguística.

Além disso, as reformas educativas de 1977 e 2004 incentivaram a introdução das línguas nacionais no Sistema Nacional de Educação e Ensino, uma vez que “mais de metade da população, principalmente em zonas rurais, não dominava o português” (Chicumba, 2019, p. 2). No entanto, a ausência de recursos educativos em línguas nacionais e a resistência cultural à sua implementação continuam sendo desafios significativos.

Com isso, este trabalho propõe-se a analisar a necessidade de implementação de um ensino bilíngue, e o seu papel no sistema de ensino angolano, acentuando a contribuição das línguas nacionais como fator de inclusão social e educacional, olhando para a promoção da igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2 PROBLEMA

Apesar da diversidade linguística existente no país ser um patrimônio cultural significativo, ela representa um desafio para o sistema educacional angolano. Pois foi priorizado o português como instrumento de ensino nas escolas e o principal meio de comunicação nas organizações governamentais. Esse modelo tradicional monolíngue que favorece o português e conseqüentemente desmerece as línguas nacionais, atua como uma ferramenta de exclusão, uma vez que as línguas nacionais continuam sendo amplamente faladas no dia a dia de muitas comunidades angolanas, principalmente nas zonas rurais e mais distantes dos centros urbanos.

Como consequência, muitos alunos enfrentam dificuldades de aprendizado, o que contribui para a evasão escolar, limitando suas oportunidades de desenvolvimento acadêmico e profissional. Além de que, essa realidade reforça desigualdades sociais e enfraquece a comunicação das línguas nacionais entre gerações, colocando-as em risco de extinção. Conforme Montoan (2003, p. 14), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”

Daí a ideia de um ensino bilíngue, como alternativa de tornar a educação em Angola mais inclusiva, respeitando a diversidade linguística e progredindo para um aprendizado mais eficaz. Mesmo com a Lei 17/16, que prevê a promoção das línguas

nacionais no ensino, a sua materialização passa por desafios estruturais e culturais como a falta de materiais didáticos, professores devidamente preparados e capacitados, e a resistência por parte de pessoas que ainda enxergam o português como a única língua de progresso. Nesse sentido, a necessidade de um olhar reflexivo a respeito dos impactos do ensino bilíngue na inclusão social e educacional, assim como as estratégias e políticas públicas que podem possibilitar a sua implementação de modo mais eficiente e sustentável em Angola.

Diante disso buscamos levantar a seguinte questão: De que forma a implementação do ensino bilíngue, focando no uso e valorização das línguas nacionais, pode contribuir para inclusão social e educacional no sistema de ensino em Angola e quais os principais desafios e estratégias para alcançar esse objetivo?

3 HIPÓTESES

a) Utilizar as línguas nacionais no ensino bilíngue vai melhorar o desempenho acadêmico dos alunos que falam essas línguas.

b) O ensino bilíngue ajuda na inclusão social e reduz a desigualdade educacional.

c) A falta de recursos como materiais didáticos e a capacitação de professores é um dos fatores que dificulta a implementação do ensino bilíngue nas escolas de Angola.

4 OBJETIVOS

4.1 GERAL

Analisar o papel do ensino bilíngue como fator de inclusão social, cultural e educacional em Angola, com ênfase no uso das línguas nacionais no sistema de ensino.

4.2 ESPECÍFICOS

- a) Identificar políticas públicas, práticas e desafios associados à sua implementação.
- b) Descrever estratégias do ensino bilíngue utilizadas para valorizar e preservar as línguas nacionais angolanas.
- c) Avaliar os desafios enfrentados pelos professores, alunos e escolas na implementação do bilinguismo no ensino angolano.

5 JUSTIFICATIVA / RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A presente pesquisa, parte da necessidade de compreender criticamente como o sistema educacional angolano lida com a sua complexa diversidade linguística e cultural. Partindo inicialmente da análise sobre a situação sociolinguística do país e da centralidade do português como língua de ensino. Ressaltamos que a pesquisa não busca apenas descrever um quadro já conhecido, mas propor uma reflexão aprofundada sobre as possibilidades de transformação deste cenário.

O ensino bilíngue, embora previsto em algumas políticas e reconhecido em documentos internacionais, e já se materializou em alguns contextos como Moçambique e não só, permanece como uma proposta mais retórica do que efetivamente implementada em Angola. A pesquisa, portanto, pretende avançar sobre essa lacuna, investigando como o uso das línguas nacionais pode deixar de ser um discurso periférico e assumir um papel estruturante na promoção de uma educação inclusiva e socialmente comprometida.

Entende-se que, para além de uma necessidade pedagógica, a valorização das línguas nacionais representa uma estratégia política de reparação histórica e de fortalecimento das identidades culturais angolanas. Espera-se ajudar, mesmo que de forma inicial e parcial, a promover um diálogo mais amplo e consciente na sociedade e na academia sobre a criação de políticas linguísticas e educacionais mais justas e eficientes. Essas políticas devem valorizar a diversidade de línguas, não como um problema, mas como uma ferramenta importante para o aprendizado.

Diante disso, a continuidade e aprofundamento desta pesquisa se mostram relevantes para delinear, com maior precisão, os desafios, as potencialidades e as

possíveis estratégias para a implementação do ensino bilíngue em Angola, reforçando o compromisso com uma educação que respeite a pluralidade cultural e amplie as possibilidades de inclusão e cidadania.

6 CAPÍTULO I - A SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA

Sendo Angola um país com uma grande variedade de línguas e culturas, resultado de uma história complexa que inclui a colonização, migrações e a convivência entre diferentes grupos étnicos. Essa realidade sociolinguística apresenta desafios e oportunidades no contexto educacional, especialmente na implementação do ensino bilíngue como fator de inclusão social. Antes da colonização, o território era habitado por diversos grupos etnolinguísticos, cujas línguas pertencem principalmente à família Bantu. Com a invasão dos colonizadores, o português foi imposto como língua administrativa e de ensino, deixando as línguas nacionais a um papel secundário.

Após a sua independência, em 1975, Angola manteve o português como língua oficial, em contrapartida reconheceu a importância das línguas nacionais na preservação da identidade cultural do país. Mas, não foi posto em prática, pois a situação sociolinguística em Angola é marcada por uma divisão entre o português, que é associado ao progresso e à modernidade, e as línguas nacionais, muitas vezes vistas como inferiores ou restritas a contextos informais. Desse jeito, a disputa das línguas nacionais ao lado do português, língua herdada do colonizador, torna-se em um cenário complexo e multifacetado.

Sendo que essa primazia do português em instituições públicas, meios de comunicação e, sobretudo, no sistema educacional, não apenas reforça desigualdades sociais, mas também impacta negativamente no processo de aprendizagem para muitos alunos cuja língua materna não é o português, gerando dificuldades de compreensão, expressão e integração no ambiente escolar. A falta de uma política linguística clara e inclusiva agrava essa situação. Enquanto o português age como veículo de instrução, as línguas nacionais, como o Kimbundu, Umbundu, o Kikongo e outras, permanecem à margem, sem espaço formal no currículo escolar.

De acordo com Timbane e Santana (2021), destacam que, no sistema educativo angolano, o português é a única língua utilizada como meio de ensino, o que resulta na exclusão das línguas nativas. Segundo os autores, a falta de oficialização das línguas africanas compromete o plurilinguismo e reforça a tendência ao monolinguismo e à monocultura. Essa exclusão não só limita o desenvolvimento linguístico dos alunos, mas também desvaloriza suas identidades culturais, que por sua vez dificultam o desenvolvimento do país.

Pedro (2024)¹, ressalta que “Um país multilíngue como Angola, não se vai desenvolver apenas com a língua portuguesa.”

Timbane e Santana (2021), também enfatizam a importância de o poder político considerar os debates sobre política linguística para tomar decisões que valorizem as línguas locais, contribuindo para a preservação da diversidade linguística e cultural do país.

Diante desses olhares, é importante discutir sobre o papel da língua no desenvolvimento de um país multilíngue como Angola, além disso, o contato entre o português e as línguas locais dá origem às novas variedades linguísticas, como o português angolano, que carrega marcas fonéticas, lexicais e sintáticas das línguas nacionais. Isso incluiria por exemplo, sugerir que o ensino do português leve em consideração a realidade plurilíngue dos alunos. Esse fenômeno, embora enriquecedor, exige que os professores estejam preparados para lidar com a variação linguística em sala de aula, o que nem sempre acontece.

Portanto, a situação sociolinguística de Angola exige uma reparação urgente das políticas educacionais, com foco na inclusão das línguas nacionais e no reconhecimento da diversidade linguística como um recurso, e não como um obstáculo.

6.1 LOCALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS

Com uma extensão de 1.246.700 km, atualmente, Angola é administrativamente dividida em 21 províncias, que em contrapartida, se subdivide em municípios e comunas. Essa diversidade geográfica impacta na distribuição de diferentes línguas faladas em seu território. De acordo com os dados do censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016), “O Português era falado, falado por mais de metade da população contando com (71%), maior predominância nas áreas urbanas onde 85% da população fala a língua portuguesa enquanto somente 49% na área rural”. O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL, 2016), ressalta também que Angola tem mais de 25,7 milhões de habitantes, e que cada angolano pode falar mais do que uma língua nacional em casa. Mas atualmente com o novo censo nota-se a baixa dessa

¹ https://www.youtube.com/watch?v=_5mLla2VT40

predominância, “em Angola, 45% da população tem como língua materna o português. Segue-se o umbundu, com 17,1%, e o Kimbundu, com 10,8%, constituindo as línguas maternas mais representativas após o português” (INE, 2024, p. 52). De acordo com os dados do censo atual angolano, no centro e norte é falada a língua chokwe (6,9%), o Kikongo conta com 6,8%, enquanto no Sul, entre as províncias do Cuando Cubango, Huíla e Cunene, pequenos grupos falam ainda as línguas Nganguela (2%), kwanhama 2,9% e muhumbi (0,7%). No enclave de Cabinda, além do português, mais de 600.000 pessoas (1,1% população angolana) falam a língua local Fiote.

6.2 O LUGAR DAS LÍNGUAS AFRICANAS EM ANGOLA

As línguas africanas desempenham um papel muito importante na formação da identidade cultural de Angola. Elas são formas de transmitir valores, histórias, memórias e manifestações artísticas. Infelizmente ao longo da história, essas línguas foram deixadas de lado, tanto durante o período colonial, quando o português foi imposto como língua oficial, quanto depois da independência, quando o português continuou sendo a principal língua usada nas instituições e na educação.

Zossou (2021), explica que na visão africana, a língua está profundamente ligada aos aspectos culturais, espirituais e intelectuais do grupo que a fala. Segundo o autor, “a língua no contexto africano é uma caixa preciosa que contém as riquezas culturais, intelectuais, sociais, espirituais de um determinado grupo etnolinguístico” (Zossou, 2021, p. 50).

Nesse caso, no contexto africano, a língua vai além de uma simples ferramenta de comunicação. Ela é vista como uma parte fundamental da cultura e da vida social. Diante disso, reconhecer o papel dessas línguas significa também reconhecer a pluralidade do povo angolano e sua resistência histórica frente à imposição cultural colonial. Sua presença cotidiana nas famílias, mercados, práticas religiosas e artísticas revela sua centralidade, mesmo que oficialmente subvalorizadas. Zossou (2021) segue enfatizando que diferente da cultura ocidental, que considera a escrita como a principal maneira de passar o conhecimento, nas sociedades africanas a oralidade é o método mais importante para manter e compartilhar os saberes sociais, espirituais e culturais.

Entretanto é importante pensarmos sobre os lugares das línguas africanas no contexto educacional angolano, tal prática visa reconhecer a importância dessas

línguas como suporte da memória social e como elemento estruturante da própria existência dos grupos que as falam.

6.3 ENSINO BILÍNGUE

O Ensino Bilíngue é um método de aprendizagem em que duas línguas são usadas de forma planejada e prática na escola. Não apenas de ensinar essas línguas como disciplinas separadas, mas de usá-las como ferramentas para aprender, se comunicar e construir conhecimento (García; Wright; 2015 *apud* Megale; El Kadri, 2023)

Magale e El Kadri (2023) ressaltam que essa mesma educação bilíngue, deve ser crítica, rompendo a ideia de que existe uma língua de prestígio. Deve incentivar práticas pedagógicas que valorizem as demais línguas, formas de falar, reconhecendo diferentes vozes e conhecimentos linguísticos que os alunos levam para a sala de aula. Essa visão entende a língua para além de um instrumento de comunicação, mas também como um símbolo de pertencimento e poder social.

Essa discussão no contexto angolano é significativa, pois as línguas nacionais embora reconhecidas pela constituição, são frequentemente limitadas ao uso em contexto familiares e informais. A distância entre línguas utilizadas nas escolas e as faladas nas comunidades dificulta o aprendizado e resulta na exclusão de muitos estudantes.

Diante disso, a **Inclusão Educacional**, não se restringe simplesmente na presença do aluno em sala de aula, também em criar condições para que todos aprendam com base a sua realidade linguística, cultural e social. Freire (1970), enfatiza que educar é reconhecer o outro como sujeito de saber e cultura, e não lhe impor um modelo único de expressão. Percebe-se que no contexto angolano, significa compreender que olhar o português única e exclusiva língua de ensino, só fortalece a exclusão linguística, social e simbólica de quem tem outra língua como materna.

Portanto, deve se enxergar a educação bilíngue como um caminho para inclusão, sobretudo em países multilíngues como Angola. Ela promove respeito, aproxima as escolas das comunidades e reconhece o valor cultural das línguas nacionais. Seu olhar deve ser muito além de uma metodologia pedagógica, o ensino bilíngue é uma ferramenta de justiça social e educacional, capaz de transformar a

escola num espaço de representativo da identidade angolana e verdadeiramente plural.

6.4 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS MULTILÍNGUES

A política linguística em Angola reflete um processo histórico marcado pela herança colonial, no qual o português foi instituído como única língua oficial e consolidado como principal meio de ensino. Essa centralidade é frequentemente justificada como necessária à unidade nacional, mas também é criticada por ignorar a diversidade linguística e cultural do país (Patatas; Quintas, 2019). No entanto, essa abordagem levanta uma dúvida importante: será que é possível promover inclusão social e melhorar o desempenho escolar se ignorarmos a língua materna da maioria dos estudantes?

Tal como foi dito no princípio, em contextos multilíngues como o de Angola, a adoção de um modelo monolíngue tende a produzir exclusões. Crianças cuja língua materna não é o português enfrentam barreiras cognitivas e afetivas desde os primeiros anos escolares, resultando em dificuldades de aprendizagem e limitação do acesso ao conhecimento. Patatas e Quintas (2019), a ausência de políticas efetivamente inclusivas nesse campo significa perpetuar desigualdades históricas e reforçar preconceitos linguísticos.

A experiência de outros países africanos demonstra que alternativas são possíveis. Em Moçambique, por exemplo, programas de educação bilíngue iniciados em regiões rurais mostraram que a alfabetização na língua materna favorece a compreensão e a permanência escolar, sem comprometer a aprendizagem do português (Joaquim; Pacheco, 2017). A África do Sul, com onze línguas oficiais, também investe em políticas linguísticas que procuram garantir o ensino em línguas locais nos primeiros anos escolares.

Dessa forma, refletir sobre as políticas linguísticas em Angola significa reconhecer que sua configuração não é neutra: trata-se de uma escolha política e cultural. Revisitar essa escolha implica não apenas repensar o papel do português como língua de ensino, mas também considerar as línguas nacionais como instrumentos de inclusão social, valorização identitária e coesão cultural. Isso sugere

que Angola poderia reconsiderar suas políticas, ajustando-as mais à realidade linguística do país e menos às lembranças do passado colonial.

6.5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Embora a legislação angolana já reconheça a importância de valorizar as línguas nacionais, na prática ainda enfrentamos muitos desafios para colocar isso em ação no ensino. Como apontado por Miranda (2023), na província da Huíla, o ensino bilíngue existe mais como uma expectativa do que como uma realidade concreta. Um dos principais obstáculos é a formação docente. Muitos professores não dominam suficientemente as línguas nacionais nem possuem preparo pedagógico para atuar em contextos bilíngues, o que compromete a qualidade das práticas de ensino (Miranda, 2023).

Outro desafio é a escassez de material didático produzido nas línguas locais. Sem livros, cartilhas e recursos adaptados, o ensino bilíngue corre o risco de se tornar inviável. A esse aspecto soma-se o preconceito linguístico ainda presente em parte da sociedade, que associa as línguas nacionais ao atraso e o português ao progresso, reproduzindo uma lógica de inferiorização herdada do colonialismo (Miranda, 2008). Esses fatores contribuem para taxas mais elevadas de reprovação e evasão escolar, sobretudo entre crianças cuja primeira língua não é o português (Miranda, 2023).

Apesar disso, as possibilidades de avanço são concretas. O ensino bilíngue, quando implementado desde os primeiros anos escolares, pode favorecer a autoestima dos estudantes, aumentar o engajamento e reforçar o sentimento de pertencimento (Patatas; Quintas, 2019). Experiências moçambicanas confirmam que a integração das línguas locais como meio de instrução inicial melhora o desempenho acadêmico e fortalece os vínculos culturais (Joaquim; Pacheco, 2017).

Além disso, Miranda (2023) aponta que a valorização de professores nativos das comunidades, aliada a programas de formação continuada, representa uma estratégia viável para consolidar o ensino bilíngue em Angola. Nesse sentido, o desafio maior não é apenas técnico, mas político: investir em recursos, superar preconceitos e transformar o discurso em prática.

Assim, refletir sobre os desafios e possibilidades do ensino bilíngue significa compreender que sua efetivação pode se tornar um instrumento de justiça social. Longe de ameaçar a unidade nacional, a presença das línguas locais no sistema

educativo fortalece a democratização do ensino e contribui para a preservação das identidades culturais historicamente marginalizadas.

7 CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

Embora a Lei de Base do Sistema Educativo de Angola (2001) reconheça o direito à educação para todos e estabeleça princípios de valorização da identidade cultural do país, a prática mostra um cenário contraditório. As línguas nacionais, que deveriam ocupar lugar de destaque como parte da herança cultural e dos direitos linguísticos da população, continuam praticamente ausentes das escolas, sobretudo nas instituições públicas. Em contrapartida, observa-se a prioridade no ensino de línguas estrangeiras como inglês e francês, muitas vezes desde os primeiros anos de escolaridade, em detrimento das línguas maternas faladas pela maioria dos estudantes.

A situação torna-se ainda mais evidente no ensino superior. Exemplo disso é o caso de universidades que oferecem cursos de Letras: nos dois primeiros anos, privilegia-se o inglês, e apenas no terceiro ano surge a disciplina de uma língua nacional, como o Kimbundu. Esse arranjo curricular evidencia uma hierarquia que coloca o português no centro, reforça línguas estrangeiras e marginaliza as línguas nativas, contrariando o espírito da lei que deveria orientar o sistema educativo.

Essa ausência de políticas consistentes de ensino bilíngue revela um paradoxo: ao mesmo tempo que a Constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19 reconhece a importância da diversidade linguística, o sistema educativo não garante professores especializados, materiais didáticos adequados nem programas de valorização das línguas nacionais. Como resultado, amplia-se a desigualdade entre grupos sociais, uma vez que os estudantes com menor contato com o português enfrentam maiores barreiras de aprendizagem. Para que o ensino bilíngue seja uma realidade em Angola, é necessário implementar políticas estruturadas que incluam não apenas a escola, mas também ações de conscientização da sociedade, como campanhas na televisão e meios de comunicação.

7.1 ENSINO PRIMÁRIO

O ensino primário é a fase mais decisiva para a introdução das línguas nacionais no sistema educativo. É nesse período que o contato inicial com a escrita e a leitura ocorre, e fazê-lo na língua materna pode aumentar a compreensão, autoestima e engajamento do aluno. A alfabetização exclusivamente em português tal

como é apontada no primeiro parágrafo do artigo 9 da (LBSE) contradiz o princípio da inclusão. Sousa (2015) mostra que essa opção foi historicamente determinada pelo colonialismo e pelo processo de centralização estatal, que garantiram ao português o estatuto de língua hegemônica. Essa escolha, no entanto, ignora o repertório linguístico inicial da maioria das crianças angolanas. Felipe (2012) nos chama a atenção para o denominado “bilinguismo subtrativo”, de modelos assim: a criança perde a referência da língua materna sem ganhar plenamente competência na segunda língua, o que produz resultados frágeis tanto na aprendizagem quanto no desenvolvimento cognitivo.

Mas há outro ponto: quando se alfabetiza em português, não apenas se cria uma barreira pedagógica, mas também uma barreira simbólica. A mensagem transmitida é de que as línguas maternas não são dignas de serem usadas na escola. Isso gera desvalorização cultural e até rejeição da própria identidade linguística. Ao contrário, quando o processo parte da língua materna, o português pode ser incorporado gradualmente, de forma aditiva, valorizando e somando competências. Isso tem sido comprovado em experiências de países africanos, onde a valorização da língua local reduziu a evasão escolar e aumentou a autoestima dos alunos

7.2 ENSINO SECUNDÁRIO

O ato de ensinar pode distanciar ou aproximar mais o aluno com as suas identidades culturais etc. Em teoria, poder-se-ia argumentar que ciência é “universal” e independe da língua. Mas, na prática, ensinar unicamente em português coloca as línguas nacionais à margem do conhecimento científico, como se estas só servissem para a vida cotidiana ou para a infância. Sousa (2015), observa que, mesmo após a independência, o sistema não conseguiu integrar as línguas nacionais de forma efetiva, mantendo o português como único veículo do saber formal.

Felipe (2012) mostra que esse processo se assemelha ao modelo de submersão: a língua majoritária é imposta, e a língua minoritária desaparece. Isso não só limita a aprendizagem, mas também comunica que a cultura dos alunos não tem valor no campo do conhecimento. O impacto disso na adolescência é profundo, pois este é o momento de formação da identidade e da pertença. Ao não verem sua língua refletida na escola, os jovens internalizam a ideia de que sua cultura não tem legitimidade no espaço científico e escolar.

Além disso, a exclusão da língua no ensino médio cria um paradoxo: pede-se que o estudante entenda conteúdos complexos de ciência e tecnologia, mas não se oferece a oportunidade de usar sua língua mais familiar para pensar e aprender. Isso não é apenas uma dificuldade com a língua, mas uma barreira que impede o acesso ao conhecimento de forma plena. A resposta é simples: ciência e identidade podem coexistir, mas a maneira como o sistema funciona em Angola acaba transformando a ciência em um elemento de ruptura cultural, quando ela poderia ser uma ponte que une diferentes culturas de forma mais inclusiva.

7.3 ENSINO SUPERIOR

Podemos ver que sem investir no ensino superior, fica difícil manter políticas de inclusão linguística em outros níveis de ensino, pois essa é uma questão que envolve estruturas mais profundas. Sousa (2015), demonstra que a formação docente em Angola é incipiente no campo do bilinguismo e que a pesquisa sobre línguas nacionais ainda não é prioridade das universidades. Isso significa que os professores do primário e do secundário chegam às salas de aula sem ferramentas teóricas e metodológicas para implementar a educação bilíngue. Felipe (2012), acrescenta que, sem políticas de educação bilíngue aditiva, que fortaleçam tanto a língua materna quanto a majoritária, não há como criar bilíngues equilibrados.

O sistema se sustenta principalmente porque é no ensino superior que se produzem currículos, gramáticas, dicionários e materiais didáticos. Na ausência desse investimento, qualquer política nos níveis inferiores tende a ser improvisada ou a resultar em projetos isolados. Pior ainda: ao não institucionalizar o estudo das línguas nacionais, o sistema reforça a noção de que elas são secundárias, periféricas ou "não científicas". Isso mantém o ciclo vicioso: como os professores não são capacitados, eles não ensinam; como não ensinam, os alunos não aprendem; como os alunos não aprendem, não há pressão social para mudar a situação das línguas.

Assim, o ensino superior é o elo que decide se o bilinguismo em Angola será apenas retórico ou se terá base sólida para transformar a escola em espaço de inclusão.

Nesse contexto, fica evidente que a exclusão das línguas nacionais vai além de uma simples questão linguística; trata-se de um projeto histórico e político que permeia todos os níveis de ensino. Essa configuração, embora seja uma herança da

colonização portuguesa e da centralização estatal, que estabeleceram o português como língua dominante, teóricos como Felipe (2012) fornecem um referencial crítico ao afirmar que apenas políticas de bilinguismo forte aditivas e de manutenção evolutiva podem romper com a subtração linguística e garantir que ciência, cidadania e identidade cultural coexistem.

8 CAPÍTULO III - A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL LINGUÍSTICAS

Ao fazermos uma análise da Constituição da República de Angola (2010) e a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), percebe-se a distância entre o reconhecimento formal das línguas nacionais e a efetivação de direitos linguísticos. A Constituição estabelece, no artigo 19.º, que a língua portuguesa é a língua oficial do Estado. “O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional” (Angola, 2010, art. 19, n.º 2). Do mesmo modo, o artigo 21.º dá ao Estado a tarefa de “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação” (Angola, 2010, art. 21, alínea h).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, por sua vez, vai além da dimensão simbólica. Elaborada como instrumento de defesa dos direitos humanos linguísticos, afirma que toda comunidade tem direito a usar e desenvolver a sua língua em todos os domínios da vida social, incluindo a educação, os meios de comunicação, a administração pública e o sistema judicial. De forma explícita, garante que a educação inicial deve ocorrer na língua materna do estudante, e que ninguém pode ser discriminado ou prejudicado em razão da sua língua.

Artigo 7.º

1. Todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções. 2. Cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora.

Artigo 9.º

Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.

Artigo 10.º

1. Todas as comunidades linguísticas são iguais em direito. 2. Esta Declaração considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política, a sua situação social, económica ou qualquer outra, ou o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas. 3. Em aplicação do princípio da igualdade, devem ser tomadas as medidas indispensáveis para que esta igualdade seja real e efetiva (DUDL, 1996, p. 6-7, grifo nosso).

Essa disparidade demonstra dois níveis diferentes de abordagem. Por um lado, a Constituição de Angola, considera as línguas nacionais como parte importante da cultura, mas apenas as reconhece de forma patrimonial, mantendo o português como o único idioma com plena legitimidade em ambientes públicos. Em contrapartida, a Declaração adota uma visão de igualdade entre as línguas, tratando cada uma como um meio válido de identidade, conhecimento e cidadania.

No contexto educacional, essa divergência é especialmente clara. Enquanto a Declaração enfatiza o direito de aprender na língua nativa como uma condição essencial para inclusão, a Constituição de Angola não garante esse princípio. Portanto, ainda que o discurso constitucional declare um respeito pela diversidade, na prática, o sistema educacional segue um modelo que prioriza o português, relegando as línguas nacionais a um segundo plano.

Essa comparação evidencia que Angola enfrenta um dilema: de um lado, um discurso legal que reconhece as línguas nacionais como patrimônio; de outro, a falta de políticas eficazes que tragam esse reconhecimento em práticas educacionais, administrativas e sociais. A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, nesse contexto, serve como um critério crítico que revela as falhas do sistema constitucional angolano e incita o país a converter a valorização simbólica em um real direito de utilização e ensino de suas línguas.

8.1 A LÍNGUA KIMBUNDU

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016), cerca de 7,8% da população angolana tem o Kimbundu como língua materna, e muitos outros a compreendem como segunda língua, especialmente nas regiões urbanas do norte e centro-litoral. Apesar disso, nota-se uma redução no uso cotidiano entre as gerações mais jovens, influenciada pela urbanização acelerada e pela hegemonia do português.

O Kimbundu permanece presente em cerimónias tradicionais, rituais religiosos, músicas populares e eventos culturais, sendo um veículo simbólico de identidade e espiritualidade. Em algumas igrejas locais, sobretudo nas zonas rurais, orações e cânticos são feitos em Kimbundu, guardando a língua como instrumento de fé e comunidade. Mesmo nos centros urbanos, ainda há grupos que praticam cultos e celebrações bilíngues, o que podemos relacionar ao resgate das raízes culturais.

Do ponto de vista linguístico e acadêmico, podemos notar que o Kimbundu possui material documental consistente, nos fazendo assim perceber que o problema da sua ausência no ensino não é falta de recursos, mas de vontade política. Desde o século XIX, já existiam gramáticas e dicionários detalhados. A Gramática elementar do Kimbundu ou língua de Angola como de Chatelain (1888) constituindo assim um marco no estudo da estrutura da língua, enquanto o Dicionário Kimbundu-Português de Júnior (1942) oferece uma das mais amplas compilações lexicais e etnográficas da época. Mais recentemente, novas publicações e plataformas digitais reforçam o movimento de valorização e atualização da língua. O Mini Dicionário Kimbundu de Mpungo e Dermones (2021) demonstra o esforço contemporâneo de normatização e revitalização lexical, enquanto portais como Kimbundu.org (2025) e o Dicionário Glosbe (2025) ampliam o acesso digital a vocabulários bilíngues, tornando a língua em questão mais acessível às gerações atuais. Além disso, o estudo de Fernandes (2021) sobre a primeira gramática de Pedro Dias, publicada em 1697, revela que o Kimbundu foi uma das primeiras línguas africanas a ser formalmente descritas, o que reforça sua relevância histórica.

Diante disso, fica cada vez mais evidente que Angola dispõe de bases linguísticas sólidas para incluir o Kimbundu no sistema educativo. Os registos, dicionários, gramáticas e estudos recentes, nos fazem questionar a falta de políticas públicas eficazes e investimento sistemático em formação docente e produção de material didático. Com o quadro a baixo, conseguimos entender que, o principal obstáculo não é técnico nem cultural, mas político: a falta de vontade institucional em transformar a valorização simbólica das línguas nacionais em ações concretas de ensino e inclusão.

Quadro 1 - Lista de alguns dicionários e gramáticas existentes na língua Kimbundo

Autor(es)	Obras	Ano
Héli Chatelain	Gramática elementar do quimbundo ou a língua de angola	1988-89
A. de Assis Júnior	Dicionário Kimbundu-Português, Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico	1942
Pedro Dias (estudado por Gonçalo Fernandes)	A primeira gramática do (Kahenda-Mbaka) Kimbundu (Lisboa, 1697)	1697/2021
Ngana Mpungu ; Celso Dermones	Mini Dicionário Kimbundo	2021
Glosbe	Dicionário Português–Kimbundu (online)	2025
Kimbundo.org	Portal da Língua Kimbundo	2025
Niyi Tokunbo Mon'a-Nzambi	Língua, Literatura e Cultura (manual)	2021

Fonte: adaptado de Chatelain (1888), Júnior (1942), Fernandes (2021), Mpungu e Dermones (2021), Glosbe (2025) e Kimbundu.org (2025).

9 CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

Para a nossa pesquisa, adotamos uma abordagem de método misto, que combina aspectos tanto qualitativos quanto quantitativos, trazendo assim uma sustentação teórica e prática para fornecer uma compreensão mais ampla e do cenário em estudo (Creswell; Clark, 2013). Uma abordagem quantitativa, por meio de técnicas estruturadas, possibilita a coleta de dados mensuráveis, fornecendo informações objetivas sobre padrões e tendências. Já uma abordagem qualitativa permite a exploração da subjetividade dos participantes, suas experiências e percepções, oferecendo uma interpretação rica e detalhada do contexto investigado (Gil, 2008). Essa combinação possibilita a triangulação dos dados, conferindo maior validade e veracidade aos resultados (Creswell, 2007).

Creswell (2010) realça que a pesquisa mista é de fato útil, quando queremos entender um fenômeno de forma mais completa, juntando a objetividade dos números com a riqueza das interpretações. Neste estudo, essa abordagem permitiu uma visão mais ampla e integrada sobre como os professores e os encarregados de educação percebem o uso das línguas nacionais no sistema de ensino, além de identificar os desafios enfrentados na implementação do ensino bilíngue em Angola.

9.1 LOCAL DA PESQUISA

A nossa pesquisa foi realizada na Escola Dom Pedro V (Antiga 1 de Junho), localizada na cidade de Luanda, município do Cazenga, bairro da Mabor, no Distrito urbano do Kimaquieza, especificamente na rua do Imbondeiro. A instituição atende estudantes de diferentes níveis de ensino e constitui um espaço sociolinguisticamente representado, onde tem falantes das diversas línguas nacionais de origem africana e o português, e é implementado o ensino da língua Kimbundu, o que a torna um ambiente privilegiado para analisar as dinâmicas de bilinguismo e percepções sobre o uso das línguas nacionais no processo de ensino-aprendizagem.

9.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coletar os dados, utilizamos dois questionários, sendo o primeiro dirigido aos professores e o segundo para os pais e encarregados de educação. Os

questionários foram criados e enviados por meio da plataforma Google Formulários. O primeiro questionário foi dirigido a dez (10) professores e o segundo foi enviado para nove (9) pais e encarregados de educação. Essa escolha facilitou a resposta dos participantes, além de ajudar a manter as informações organizadas de forma eficiente.

O objetivo dos questionários foi de entender como eles percebem o uso das línguas nativas e de que forma a língua de ensino (Português) influencia o aprendizado e a inclusão escolar de seus filhos. O questionário para os professores contém 22 questões, sendo 5 abertas, 16 fechadas e 1 de múltipla escolha, por sua vez o questionário para os pais, conta com 14 questões, 11 fechadas e 3 abertas.

De acordo com Gil (2008), o questionário “é um dos instrumentos mais utilizados na pesquisa social, por permitir a obtenção de informações de forma sistematizada e com menor interferência do pesquisador no conteúdo das respostas” (GIL, 2008, p. 121). Neste quesito a elaboração de questionários estruturados permitiu que os participantes expressassem suas opiniões de forma livre, assegurando ao mesmo tempo a uniformidade necessária à análise dos dados. É importante realçar que o questionário respeitou os princípios éticos, acompanhados por um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). O questionário explicava as finalidades da pesquisa, garantindo a participação anônima e voluntárias dos participantes, para além de esclarecer também que essas informações seriam apenas usadas para fins acadêmicos.

9.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os participantes da pesquisa assinaram o TCLE. Dos dados coletados se observa que as mães dos alunos são as que mais participaram do questionário (77,8%), informação que mostra como elas são as que mais acompanham a educação dos filhos. Da coleta de dados questionou-se a zona em que as crianças moram e 44,4% moram na zona urbana, 33,3% moram na zona suburbana e na zona rural 22,2%.

A maior parte dos pais e encarregados de educação que participaram da pesquisa estão na faixa etária de 20 a 30 anos e corresponde a 44,4%. Este dado mostra que alguns voluntários não são pais, mas sim irmãos mais velhos que tomam conta dos mais novos enquanto os pais vão em busca do sustento.

Os dados fornecidos pelos pais e encarregados de educação, nos fazem perceber que há uma convivência entre as demais línguas nacionais do país e o português. Observamos que maior parte tem deles têm o Kikongo e o Kimbundu como língua materna, ambas com 33,3%. Ainda assim, o português é a língua mais usada em casa, também em 33,3%, especialmente na comunicação com as crianças. Isso mostra que há uma troca entre gerações na maneira de falar: as línguas africanas continuam mais presentes entre os mais velhos, enquanto o português está se tornando língua principal no dia a dia com a família.

Já no que diz respeito à aceitação do ensino bilíngue, identificou-se que 22,2% dos pais declaram aceitar que a escola utilize simultaneamente o português e o quimbundo como línguas de ensino, enquanto 66,7% responderam “talvez” e 11,1% rejeitaram essa possibilidade. A predominância do “talvez” revela uma postura de apoio condicionado à existência de professores capacitados, materiais pedagógicos adequados e uma implementação institucional bem estruturada.

Apesar desse olhar cuidadoso, os dados evidenciam também uma forte valorização das línguas nacionais de origem africana, uma vez que 77,8% dos pais acreditam que uma língua africana pode ser utilizada como língua de ensino e 88,9% afirmam que o uso do Kimbundu não comprometeria a aprendizagem do português e 100% defendem a necessidade de proteção estatal e afirmam não sentir vergonha ao falar suas línguas maternas em público. Em conjunto, tais resultados, revelam a percepção das famílias de que as línguas nacionais possuem importância cultural e educativa, não sendo vistas como barreiras ao desenvolvimento acadêmico.

Diversas opiniões sobre a questão do ensino da educação bilíngue em Angola foram colocadas. A seguir apresentaremos apenas 7 voluntários para que possamos refletir sobre a importância do bilinguismo na sociedade angolana:

Voluntário 1: *Acho o tema pertinente, é muito importante conhecermos as nossas línguas, pois elas nos identifica, seria muito bom se o governo abraçasse a ideias de lecionar línguas nacionais nas nossas escolas, pois assim cresceríamos já com o habito de as falar.*

Este voluntário mostra que se as línguas africanas de Angola poderiam ser ensinadas e que a falta do seu ensino impede o crescimento das mesmas. As línguas africanas angolanas precisam do seu devido espaço até porque a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) reforça que todos os cidadãos têm os

direitos de aprender em suas línguas. O Estado angolano não perde nada ao introduzir as línguas africanas nas escolas. Pelo contrário, as línguas africanas são meios de identidade cultural dos seus falantes.

Voluntário 2: *Acredito que é um tema pertinente, mas acho que a escola deve preparar as crianças para lidar com dificuldades do dia-a-dia, e o português é a língua oficial do país. Sei que as línguas africanas são importantes para nossa cultura, na prática, a maioria das oportunidades profissionais exige domínio do português. Por isso, penso que a prioridade na escola deve ser fortalecer o ensino do português, as línguas nacionais podem ser aprendidas em casa.*

Este comentário reforça a ideia de associar o português ao progresso ou como língua de prestígio e acaba perpetuando o preconceito linguístico na sociedade trazendo a ideia de que quem fala as línguas de origem africana é atrasado. A Constituição da República de Angola (2010), determina em seu Artigo 19.º (Línguas) que “1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. ”

O ensino das línguas africanas é um direito previsto pela constituição para todos os cidadãos. Todos têm o direito a conhecer a língua da sua comunidade. Isso significa que “cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora. ” (DUDL, 1996).

Voluntário 3: *Eu acho importante que as línguas africanas não desapareçam. São parte de quem somos. Mas, ao mesmo tempo, sei que o português é necessário para estudar, trabalhar e se comunicar em vários espaços. Por isso, penso que o ensino bilíngue precisa ser bem organizado: com professores formados, livros adequados e uma metodologia clara. Se for feito com seriedade, pode ser algo muito positivo; se for feito de qualquer maneira, pode causar mais dificuldades do que ajudar.*

Neste comentário se observa a fala de um pai preocupado com a situação linguística do seu filho. Trata-se de um pai consciente que entende a importância das línguas dos povos, assim como o potencial que elas têm para o desenvolvimento da sociedade. O comentário mostra que as ausências de professores formados com qualidade podem frustrar os interesses da sociedade.

Voluntário 4: *acho interessante levantar essa discussão, as vezes me sinto perdido, pois sou obrigado a falar o português na maior parte dos espaços formais. Quando eu falo kimbundo, lembro da minha mãe, minha avô, e de algumas histórias da minha família, e não quero que isso desapareça. minha avô dizia que "nossa língua é nossa casa, não podemos perder"*

Voluntário 5: *Achei o tema pertinente, uma vez que temos várias línguas dentro do território angolano, precisamos de temas como esse para dar mais valor a nossa identidade cultural. Relativamente às línguas nacionais em Angola é muito importante no ensino educativo e é um programa constitucional, mas por motivos desconhecidos até a dado momento não tem se verificado a sua implementação no ensino angolano com a sua implementação a uma forte valorização da nossa tradição e das nossas origens.*

Voluntário 6: *Acho importante que as línguas africanas sejam valorizadas desde cedo, para que nossas as nossas crianças cresçam sabendo das suas origens (quem são e de onde vêm). Se a escola só ensinar português, estaremos perdendo parte da nossa cultura. Onde já se viu quererem ensinar a todo custo inglês ou francês nas escolas, e as nossas línguas parecer que não existem.*

Voluntário 7: *Acho o tema interessante e que a criança aprende melhor começando por uma língua que reconhece as suas raízes, isso ajuda a manter a cultura e quebrar com certos olhares que se tem sobre as línguas nacionais.*

Diferente dos pais, o questionário dos professores mostra que quanto ao gênero, a maior parte é masculino, representando 70%, enquanto que 30% são do gênero feminino. Sendo entre eles 60% do grau de licenciado, 10% mestrado e 30% bacharel. Mas apesar pequena diferença, a análise do questionário dos professores, confirmam ideias semelhantes. As línguas maternas predominantes entre os docentes foram Kimbundu (40%), Kikongo (30%), contudo, 60% afirmam utilizar o português como principal língua de comunicação em casa, evidenciando a mudança linguística identificada nas famílias. Embora 30% deles já tenham lecionado Kimbundu, a maioria aponta a falta de formação especializada, materiais didáticos escassos ou mal distribuídos e a falta de orientações pedagógicas claras como limitações para a inserção efetiva das línguas nacionais no contexto escolar.

Olhando para as percepções sobre o ensino bilíngue verificou-se unanimidade: 100% dos docentes consideram que o ensino bilíngue serviria como fator de inclusão, defendem que tal modalidade devia ser priorizada pelo estado e apoiam a integração das línguas africanas no currículo, bem como a sua oficialização. Apesar dessa concordância os professores criticam a atuação estatal: todos afirmam que o Estado não cumpre, na prática o previsto no Artigo 19.º da Constituição, uma vez que a valorização das línguas nacionais continua só no papel, sem investimentos em

formação docente, produção de materiais pedagógicos de concursos específicos. Eles expressam a preocupação quanto ao futuro das línguas nacionais: 70% acreditam que elas podem ficar restritas ao ambiente familiar, 50% temem seu desaparecimento, e 70% consideram que essas línguas podem perder o valor social.

Além disso, práticas escolares de estigmatização ainda persistem: 70% dos docentes afirmam que algumas escolas proíbem o uso das línguas africanas nos corredores e 50% relatam que há docentes não autorizam o seu uso em sala de aula. Esses dados demonstram que, apesar do reconhecimento do valor pedagógico e cultural das línguas nacionais, o ambiente escolar ainda reproduz ideologias linguísticas excludentes, dificultando a efetivação de um ensino verdadeiramente bilíngue e inclusivo.

Cada professor deu o seu parecer sobre o assunto em causa, mas aqui apresentaremos apenas 3 comentários, para podemos refletir sobre o tema e entender a visão de quem atua na educação:

Professor 1: *Achei muito interessante a proposta. O bilinguismo não é uma ameaça ao português, muito pelo contrário, é uma ponte para o conhecimento. Precisamos mudar o olhar dos próprios educadores, começando pela formação docente.*

Aqui o professor traz uma ideia importante: o bilinguismo não deve ser visto como algo que enfraquece o português, mas sim como ferramenta que ajuda os alunos a aprenderem melhor. Ele destacou que para o ensino bilíngue funcionar, é preciso mudar e investir na capacitação dos professores.

“Professor 2: *Precisa se mudar a ideia de que é errado falar uma língua africana, principalmente em lugares supostamente formais”.*

Essa Opinião nos chama atenção para um problema social grave, que é o preconceito linguístico. Está claro que existe uma pressão histórica, para que as línguas africanas sejam malvistas em ambientes considerados formais, como a escola. Isso reforça desigualdades e fere a autoestima dos não falantes do português no dia a dia. Então precisamos olhar para o ensino bilíngue não somente como política escolar, mas também como mudança cultural, que envolve reconhecer a legitimidade e o valor das línguas africanas de angola, em todos os espaços.

Professor 3: *É urgente implementar programas reais de ensino bilíngue, essa política deve ser estrutural e não apenas simbólica. Muitos alunos ainda*

são proibidos de falar suas línguas, alguns professores ponderam, outros não talvez seja porque não têm noção do assunto.

Aqui nota-se claramente uma crítica direta e forte ao modo como o bilinguismo tem sido tratado, está mais no discurso do que na prática. O fato de ainda haver alunos proibidos de falar suas línguas mostra que existe um grande descompasso entre o que está na lei e o que acontece na realidade escolar. Ele enfatiza também que alguns professores reproduzem essas práticas por falta de formação ou conhecimento sobre o tema, o que é triste.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma revisão teórica, documental e os resultados obtidos, evidencia-se que a diversidade linguística do país, longe de ser um empecilho, constitui um recurso pedagógico e cultural capaz de reforçar a aprendizagem, promover a equidade e valorizar grupos historicamente marginalizados.

A análise da situação sociolinguística, mostrou que apesar dessa existência das demais línguas nacionais, o sistema educativo continua estruturado sobre um modelo monolíngue centrado no português. Tal fato deve-se a heranças coloniais e reforçadas por práticas institucionais atuais que seguem gerando desigualdades no acesso ao conhecimento, principalmente para aqueles alunos, cuja língua materna não é o português. Os dados coletados confirmam esse cenário, tanto pais quanto professores reafirmam o valor das línguas nacionais, embora condicionadas à existência de condições estruturais adequadas.

Apesar do deslocamento linguístico nas famílias e entre os professores, com aumento do uso do português no cotidiano, não fez com que as línguas nacionais fossem rejeitadas. Pelo contrário, ambos os grupos apoiam a ideia do ensino bilíngue. Os professores apresentam unanimidade, na crítica à ausência do cumprimento efetivo do Artigo 19.º Da Constituição, revelando um descompasso entre o discurso legal e a prática educativa.

O Estudo evidencia também que práticas de censura linguística continuam nas escolas, reforçando ideologias que associam o português ao prestígio, e as demais línguas nacionais, ao atraso. Essa realidade não apenas compromete o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos que têm uma outra língua como materna, como também fragiliza a relação das línguas entre gerações, contribuindo para o risco de desaparecimento delas conforme apontado pelos participantes.

O estudo contribui fornecendo evidências empíricas sobre percepções de pais e professores acerca do uso das línguas nacionais no ensino, confirmando a importância do bilinguismo para a inclusão educacional. Além disso reforça a necessidade de políticas linguísticas estruturais em Angola e fortalece o debate acadêmico sobre o papel das línguas africanas na escolarização formal, ampliando a compreensão sobre os impactos do monolinguismo português no processo de aprendizagem.

Diante desse conjunto de elementos, conclui-se que a implementação do ensino bilíngue em Angola, não se limita apenas a uma decisão pedagógica, mas integra um projeto político, cultural e social mais amplo. Para que ele se concretize de forma efetiva, tornam-se necessárias ações como:

- a) desenvolvimento de políticas linguísticas consistentes e alinhadas a realidade sociolinguística dos pais;
- b) Investimento na formação inicial e continuada de professores para o ensino de línguas nacionais;
- c) produções e distribuições sistemáticas de materiais didático bilíngues;
- d) fortalecimento institucional das línguas nacionais no currículo;
- e) ações de sensibilização para combater preconceitos linguísticos ainda presentes na sociedade;

Deste modo, os resultados obtidos permitem retornar as hipóteses inicialmente levantadas. A primeira hipótese, de que o uso das línguas nacionais poderia melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, foi confirmada parcialmente, uma vez que pais e professores reconhecem que a aprendizagem ocorre mais acessível quando mediada na língua materna. A segunda hipótese, que relacionava o ensino bilíngue à inclusão social e redução de desigualdades, mostrou-se plenamente confirmada pelos dados empíricos e pelas percepções dos docentes. Já a terceira hipótese, que apontava a falta de recursos e de formação docente como obstáculos à implementação do bilinguismo, foi integralmente confirmada, sendo mencionada de forma recorrente pelos participantes.

Espera-se que pesquisas futuras aprofundem temas como a eficácia pedagógica de programas bilíngues em diferentes níveis de ensino, a formação docente específica para contextos multilíngue e o impacto do bilinguismo no desempenho escolar. Acredita-se que este estudo contribua para ampliar o debate voltado a políticas linguísticas inclusivas e para incentivar transformações concretas no sistema de ensino angolano.

Diante do exposto, reafirma-se que o ensino bilíngue quando concebido como prática de justiça social, representa um caminho promissor para construção de uma escola mais plural, culturalmente representativa e comprometida com a equidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

- ANGOLA. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Angola**. Luanda: Tribunal Supremo, 2018. Disponível em: <https://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.
- ANGOLA. Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro. Lei de Bases do Sistema de Educação. Luanda: Assembleia Nacional, 2001. Disponível em: https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org.angola/files/2018-06/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf. Acesso em: 18 set. 2025
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José. **Política Linguística para o Ensino Bilíngue em Angola**. 2018. Dissertação (mestrado em linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194395>. Acesso em: 8 mai. 2025
- BERNARDO, Ezequiel. P. J; SEVERO, C. G. **Políticas linguísticas em Angola: sobre as políticas educativas in (ex) cludentes**. Revista da Abralin, v. 17, n. 2, p. 1-22, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabrail.v17i2.498>. Acesso em: 16 jul. 2025
- CHICUMBA, Mateus Segunda. **A Educação Bilíngue em Angola e o Lugar das línguas Nacionais**. 2019. Tese (Doutorado em linguística) – Programa de Linguística Aplicada, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras. 2019
- CRESWELL, John W., CLARK, Vick L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. Tradução: Magda França Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. 2. ed. Porto Alegre, 2013.
- CRESWELL, John W. Procedimentos qualitativos, **In Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Luciana de Oliveira da Rocha (tradução). 2 ed. Artmed: Porto Alegre, 2007. pp. 184-201.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FILIPPE, Tanya Amara. **Bilinguismo e Educação Bilíngue: questões teóricas e práticas pedagógicas**. Revista Fórum Permanente de Educação Linguagem e Surdez do Instituto Nacional de Educação de Surdos. jul. /dez. 2012. ISSN 1518-2509.
- FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JOAQUIM, José Amilton; PACHECO, José Augusto. **Educação bilíngue em Moçambique: um estudo de caso na Província de Gaza, centrado nas práticas pedagógicas do Ensino Básico**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane; Braga: Universidade do Minho, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003. Coleção Cotidiano Escolar.

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. **A Problemática da Alfabetização Bilíngue no Ensino Formal da Província da Huíla-Angola**. Revista TEL, Irati, v. 14, n., p.361-370, Jan/jun. 2023

MIRANDA, Felizbela Kuyela Alberto. **Letramento e Ensino de Línguas Nacionais na Província da Huíla-Angola**. COPENE. Anais do Congresso de Pesquisadores/as Negros/as. 5. ed. Salvador: UFBA, 2008.

PATATAS, Teresa; QUINTAS, Joana. **Ensino bilíngue e educação para a paz em contextos de diversidade linguística e cultural**. In: CARVALHO FILHO, Cláudio (org.). Dossiê: Educação, diversidade linguística e cultural. Porto: Universidade do Porto, 2019.

SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; TIMBANE, Alexandre António. **Considerações sobre o português angolano e o preconceito linguístico em Angola**. Letras em Revista, Teresina, v. 12, n. 1, p. 169-187, jan. /jun. 2021.

SOUSA, Elizabeth Muhongo Sebastião De. **Organização da Educação em Angola**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto. Universidade de TUIUTI Do Paraná – UTP, Curitiba. 2015.

UNESCO (2003). **Education in a multilingual world**. Unesco, 2003 (tradução nossa do título)

ZOSSOU, Alban Amin. **O conceito africano de língua: representação, manifestação e importância social**. Revista de @ntropologia da UFSCar, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 48-61, jul. /dez. 2021.

APÊNDICES

ANEXO A – Questionário aplicado aos pais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO: Aceito participar de forma voluntário sem fins financeiros e a minha identidade será preservada nas análises de dados. Posso pedir o cancelamento da participação da pesquisa a qualquer momento se necessário. Estou ciente de que não há riscos nesta pesquisa.

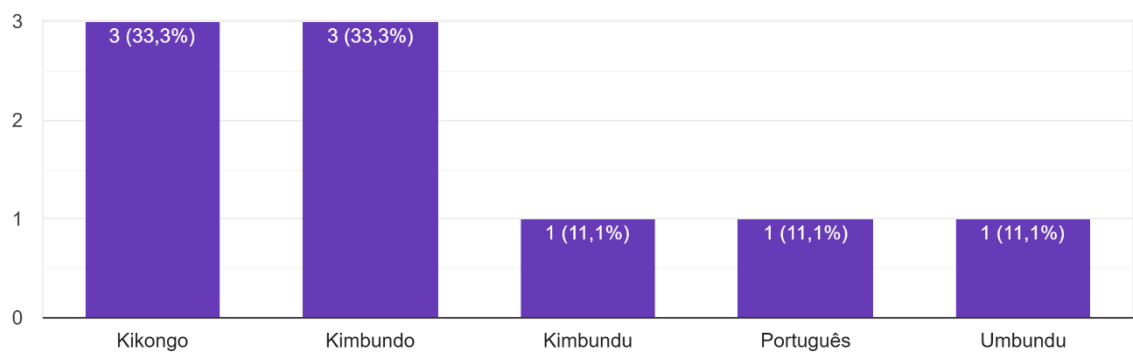
9 respostas

Sim. Estou ciente e aceito participar. 100%

Sim. Estou ciente e aceito participar.

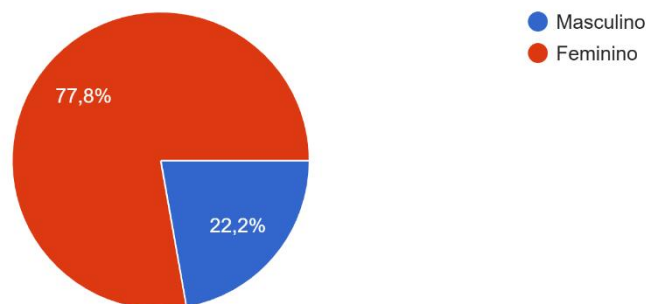
1.Qual é a sua língua materna? (aquela que fala desde os dois anos de idade)

9 respostas



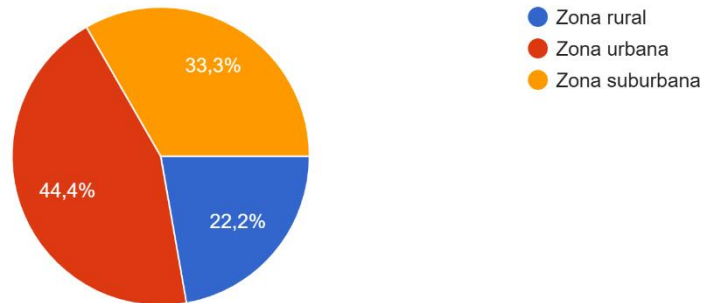
2.Qual é genero?

9 respostas



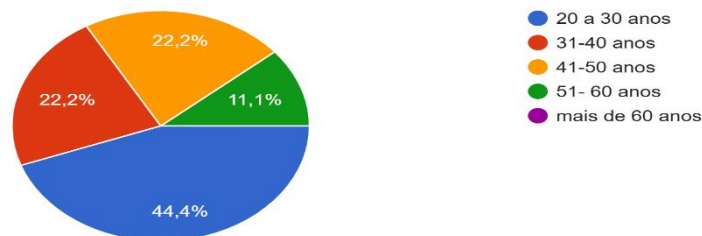
3. Onde reside atualmente?

9 respostas



4. Assinale a sua faixa etária

9 respostas



6. Qual é a língua africana predominante na região onde vive? 9 respostas

Kimbundo

Lingala

Umbundu

Kimbundo, mas minha família é de outra província, então falamos mais kikongo entre nós

Kimbundo e umbundu

Kimbundu

7. Que língua gostaria que seu filho aprendesse na escola? 9 respostas

Kikongo

Kimbundo

Português

gostaria que aprendesse o português e se possível uma língua nacional também, mas isso ia depender como a escola organizaria

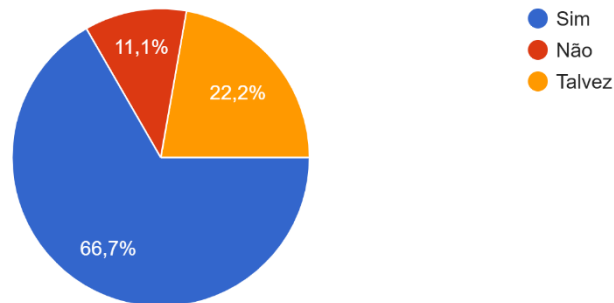
As duas

Kimbundo

Português e kimbundu

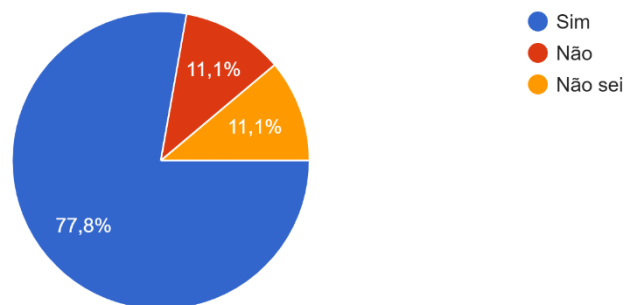
8. Se a escola ensinasse em português e em kimbundo (educação bilingue), o(a) senhor(a) aceitaria?

9 respostas



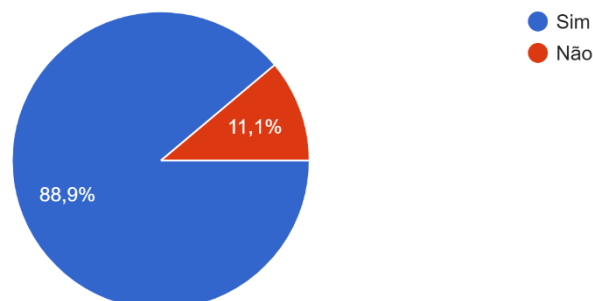
9. Na sua opinião, acha que o kimbundo (ou outra língua africana) poderia ser língua de ensino nas escolas angolanas?

9 respostas



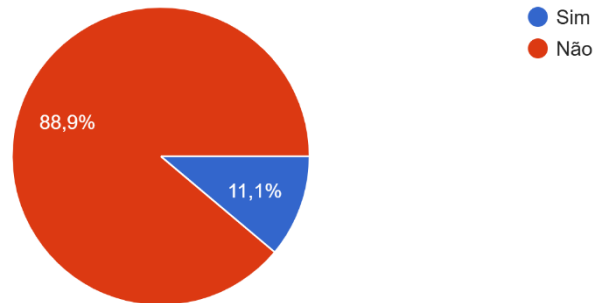
10. Se o Ministério da Educação de Angola obrigasse o ensino em uma língua africana nas escolas, o senhor(a) apoiaria?

9 respostas



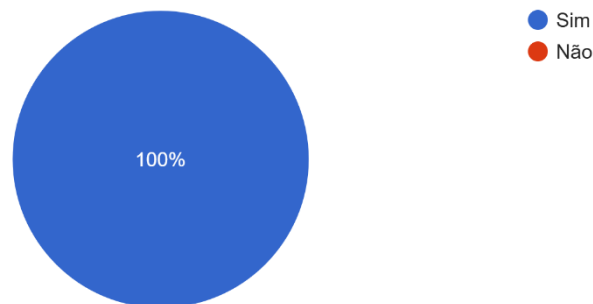
11. Acha que a língua Kimbundo prejudicaria os alunos na aprendizagem do português?

9 respostas



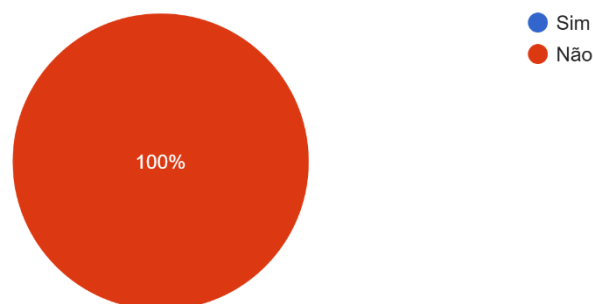
12. Acha que as línguas africanas de Angola, deviam ser protegidas pelo estado angolano?

9 respostas



13. Sente vergonha de falar a sua língua africana em lugares públicos?

9 respostas



14. Escreva aqui opiniões que julgar importantes sobre este tema. 9 respostas

Acho o tema pertinente, é muito importante conhecermos as nossas línguas, pois elas nos identificam, seria muito bom se o governo abraçasse as ideias de lecionar línguas nacionais nas nossas escolas, pois assim cresceríamos já com o hábito de as falar.

Acredito que é um tema pertinente, mas acho que a escola deve preparar as crianças para lidar com dificuldades do dia a dia, e o português é a língua oficial do país. Sei que as línguas africanas são importantes para nossa cultura, na prática, a maioria das oportunidades profissionais exige domínio do português. Por isso, penso que a prioridade na escola deve ser fortalecer o ensino do português, as línguas nacionais podem ser aprendidas em casa

Eu acho importante que as línguas africanas não desapareçam. São parte de quem somos. Mas, ao mesmo tempo, sei que o português é necessário para estudar, trabalhar e se comunicar em vários espaços. Por isso, penso que o ensino bilíngue precisa ser bem organizado: com professores formados, livros adequados e uma metodologia clara. Se for feito com seriedade, pode ser algo muito positivo; se for feito de qualquer maneira, pode causar mais dificuldades do que ajudar.

acho interessante levantar essa discussão, as vezes me sinto perdido, pois sou obrigado a falar o português na maior parte dos espaços formais. Quando eu falo kimbundo, lembro da minha mãe, minha avô, e de algumas histórias da minha família, e não quero que isso desapareça. minha avô dizia que "nossa língua é nossa casa, não podemos perder"

Achei o tema pertinente, uma vez que temos várias línguas dentro do território angolano, precisamos de temas como esse para dar mais valor a nossa identidade cultural

Relativamente às línguas nacionais em Angola é muito importante no ensino educativo e é um programa constitucional, mas por motivos desconhecidos até a dado momento não tem se verificado a sua implementação no ensino angolano com a sua implementação a uma forte valorização da nossa tradição e das nossas origens.

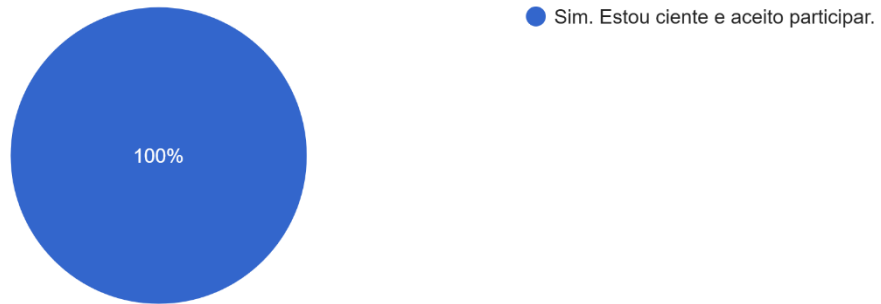
Acho importante que as línguas africanas sejam valorizadas desde cedo, para que nossas as nossas crianças cresçam sabendo das suas origens (quem são e de onde vêm). Se a escola só ensinar português, perderemos parte da nossa cultura. onde ja se viu quererem ensinar a todo custo inglês ou francês nas escolas, e as nossas línguas parecer que não existem.

Acho o tema interessante e que a criança aprende melhor começando por uma língua que reconhece as suas raízes, isso ajuda a manter a cultura e quebrar com certos olhares que se tem sobre as línguas nacionais.

ANEXO 2 – Questionário aplicado aos professores

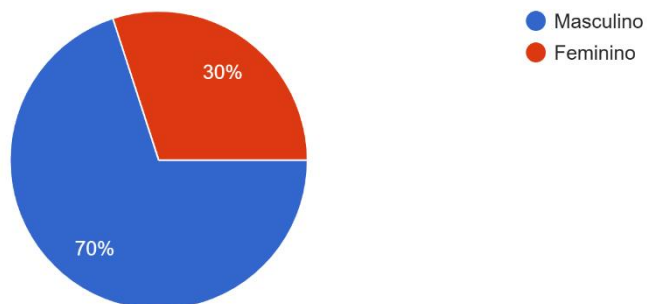
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO: Aceito participar de forma voluntário sem fins financeiros e a minha identidade será preservada n...Estou ciente de que não há riscos nesta pesquisa.

10 respostas



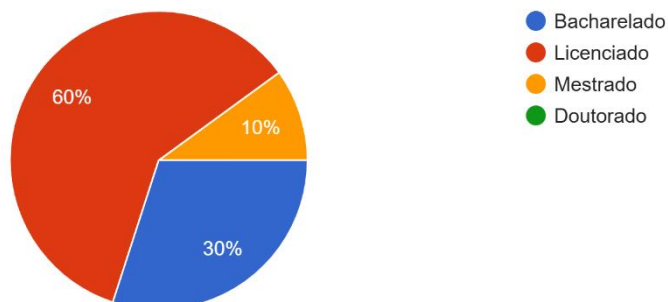
1. Qual é o gênero?

10 respostas



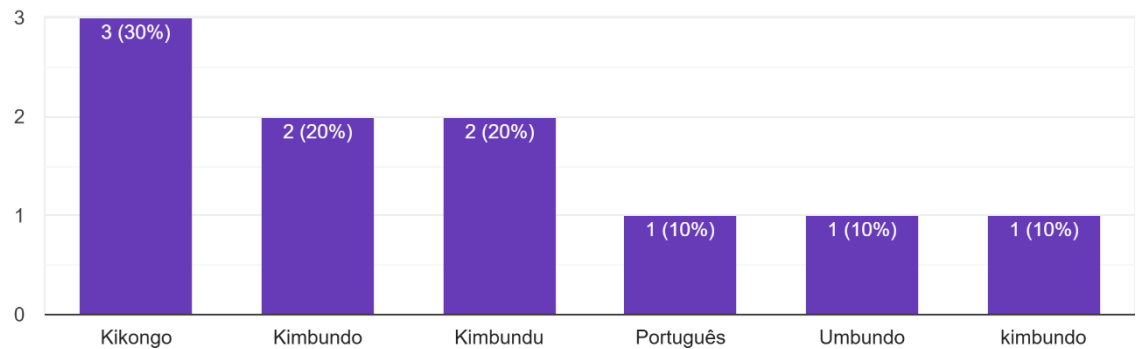
2. Grau Acadêmico

10 respostas



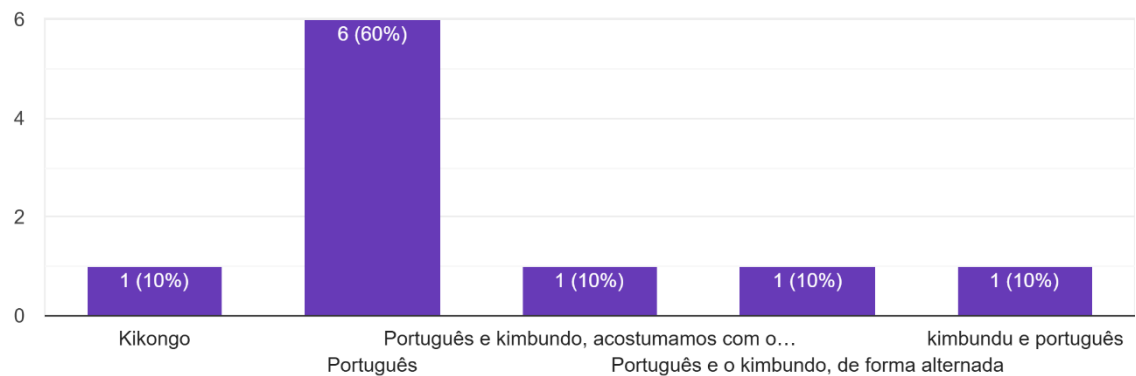
3. Qual é a sua língua materna?(aquela que fala desde os 2 anos de idade)

10 respostas



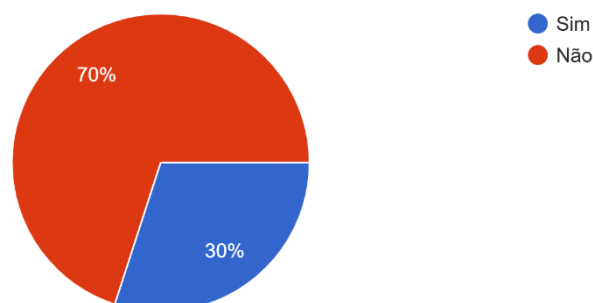
4. Qual é a língua que usa mais na comunicação na sua família?

10 respostas



5. Já deu aulas de kimbundu ou outra língua africana de Angola?

10 respostas



6. Se a resposta anterior for sim, diga qual é essa língua? 3 respostas

Kimbundo

Kimbundo mesmo

7. Ja trabalhou em uma escola privada/particular? 10 respostas

Sim

Sim ja

Não

Sim, uma participada.

Sim, trabalho até hoje

Sim.

Sim

Não

8. Qual é a sua opinião sobre o ensino bilíngue em Angola? 10 respostas

É uma boa proposta, mas ainda há muita falta de preparação. Falar em bilinguismo sem professores formados e políticas claras é utopia. Ainda assim, acredito que deve ser o futuro da educação angolana.

Muito importante, principalmente nas zonas com alunos que têm dificuldades com o português.

Considero essencial para que os alunos valorizem sua cultura

Particularmente, considero a proposta de ensino bilíngue fundamental para a inclusão e valorização cultural. Uma vez que implementada, permitirá que os alunos aprendam primeiro na língua que compreendem melhor e, depois, dominem o português com mais segurança. Mas, infelizmente, ainda há problemas na sua efetivação, por falta de políticas claras e de formação específica dos professores.

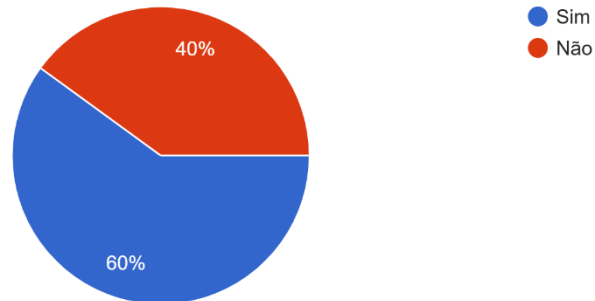
Ainda falta muito para implementar

Seria benéfico, mas faltam condições práticas, então precisa ser bem planejado para que haja inclusão.

O ensino bilíngue é essencial para que as crianças compreendam melhor os conteúdos e não se sintam excluídas. A língua materna é a primeira ferramenta de pensamento, e quando ela é negada, a aprendizagem fica mais difícil.

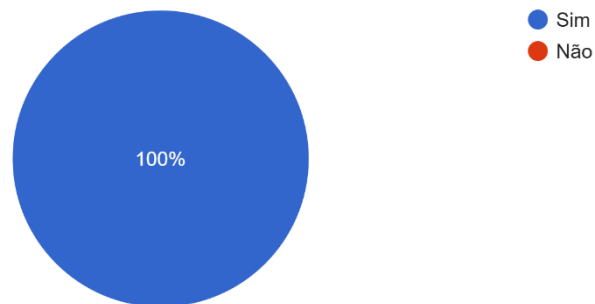
9. Existem materiais de ensino (gramáticas e dicionários) para o ensino em línguas africanas de Angola?

10 respostas



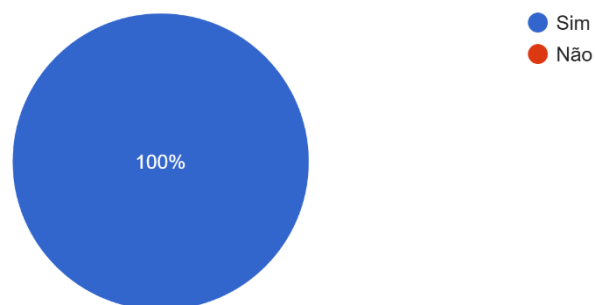
10. Na sua opinião, acha que o ensino bilíngue, pode ser um factor de inclusão?

10 respostas



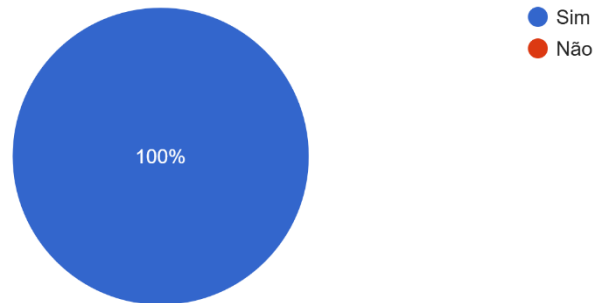
11. Na sua opinião, acha que o Ministério da Educação, deveria priorizar a educação bilíngue?

10 respostas



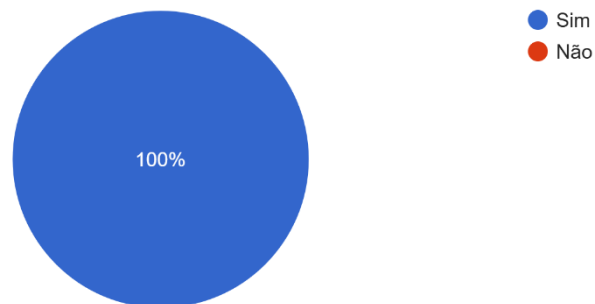
12. O ensino das línguas Africanas de Angola, deveria ser prioritaria no educação formal?

10 respostas



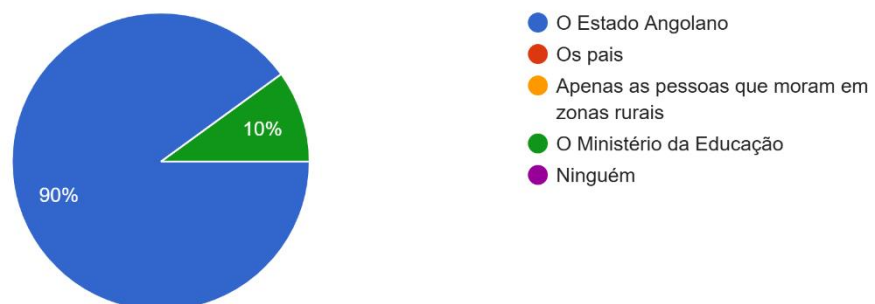
13. Você apoiaria a oficialização das línguas nacionais africanas de Angola?

10 respostas



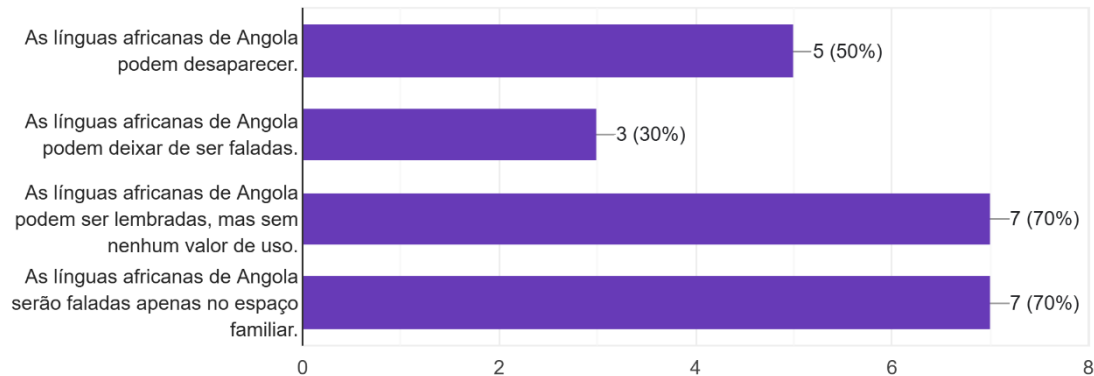
14. Quem deve valorizar as línguas Africanas de Angola

10 respostas



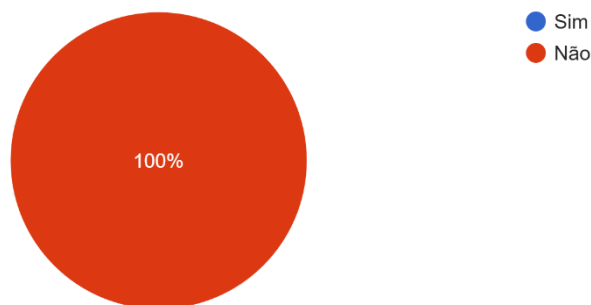
15. Na sua opinião, qual será o fim das línguas africanas de Angola que não estão sendo ensinadas nas escolas? (assinale uma ou várias opções)

10 respostas



16. A Constituição da República de Angola (2010, Art.19º) diz que "1.A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e ...RIZA E PROMOVE O ESTUDO das línguas angolanas?"

10 respostas



17. Justifique e comente a resposta dada na pergunta 16. 10 respostas

O discurso é bonito, mas a prática é nula. Falta investimento, concursos e formação pedagógica.

Podia até dizer que sim, mas infelizmente há uma contradição com o discurso escrito e a realidade prática

Não promove o suficiente, e muitas ações, ficam apenas no discurso, falta investimento e políticas claras.

Nota-se claramente, que o Estado não tem mostrado um compromisso real com a promoção das línguas nacionais. existe o discurso político todo bonitinho, mas falta ação concreta: poucas escolas ensinam as línguas locais, quase não há concursos públicos para professores dessas línguas e o investimento em material didático é mínimo. É uma valorização apenas "no papel"

Não tem políticas inclusivas

não temo como falarmos de valorização, quando a mesma acontece só no papel

O Estado reconhece a importância cultural, mas não aplica políticas eficazes. O ensino das línguas nacionais não é obrigatório, e os professores não têm incentivos nem formação contínua.

O Estado não promove e valoriza as demais línguas de Angola para além do português. Não há nenhuma exigência para o uso da mesma. Os que não têm o domínio da língua portuguesa, mas têm domínio de uma ou mais línguas africanas, vêm-se excluído porque para além do português essas línguas não têm utilidades nas administrações públicas e não só.

A empregabilidade da língua no recinto escolar, está clara-vidente que não é uma prioridade.

Não há valorização das línguas nacionais em Angola, isso vê-se pela não inclusão das mesmas nas escolas ou nas demais áreas sociais.

18. O que seria necessário para a valorização das línguas africanas de Angola na escola e na sociedade?¹⁰ respostas

Planos nacionais de ensino bilíngue, formação inicial e contínua, incentivos a projetos escolares e materiais contextualizados.

Políticas públicas, campanhas e incentivos

A formação de professores e a produção de mais materiais didáticos. Embora existam, são poucos. As gramáticas e dicionários são limitados e não chegam às escolas.

Primeiro, formação de professores bilíngues e criação de currículos próprios. Depois, produção de livros e materiais didáticos em cada língua nacional. E, sobretudo, vontade política, sem isso, todo esforço individual fica limitado.

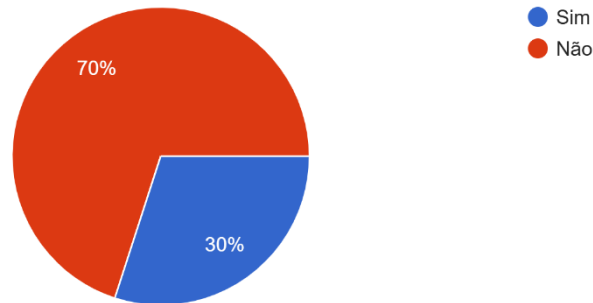
Implementar no aparelho educativo nacional

Políticas educacionais que realmente atendam as necessidades de todos, respeito à diversidade lingüística e formação docente específica.

Formação de professores, criação de currículos regionais, mais materiais didáticos modernos e campanhas públicas de valorização das línguas.

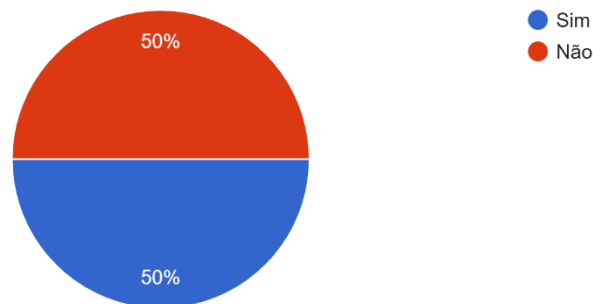
19. No recinto escolar, os alunos são proibidos de falar as linguas africanas de Angola?

10 respostas



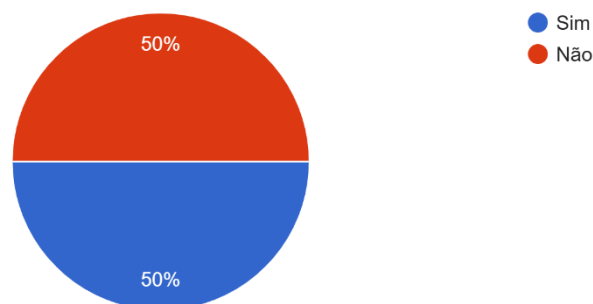
20. Nas salas de aulas, os alunos são proibidos de falar as linguas africanas de Angola?

10 respostas



21. Os professores proibem o uso de línguas africanas no recinto escolar e na sala de aulas?

10 respostas



22. Escreva comentários que achar pertinentes. 9 respostas

Achei muito interessante a proposta. O bilinguismo não é uma ameaça ao português, muito pelo contrário, é uma ponte para o conhecimento. Precisamos mudar o olhar dos próprios educadores, começando pela formação docente.

Precisa se mudar a ideia de que é errado falar uma língua africana, principalmente em lugares supostamente formais.

É urgente implementar programas reais de ensino bilíngue, essa política deve ser estrutural e não apenas simbólica. Muitos alunos ainda são proibidos de falar suas línguas, alguns professores ponderam, outros não talvez seja porque não têm noção do assunto.

Constituição reconhece o valor das línguas nacionais, mas infelizmente acaba resumido só no papel, na prática, o ambiente escolar ainda reproduz uma política de exclusão linguística. Em muitas escolas, os alunos são desencorajados ou até proibidos de falar as línguas africanas, tanto nos corredores quanto nas salas de aula. Essa postura reflete uma visão colonial ainda presente, que associa o português ao prestígio e à educação formal. Essa realidade impede a inclusão linguística e cultural dos estudantes, e mostra a urgência de se repensar o espaço das línguas nacionais no sistema educativo angolano.

Estudos como esse servem de alavanca para podermos seguir valorizando as nossas línguas, cultura e identidade. Desse jeito também estaríamos lutando para dar voz a aqueles que são impedidos de estar em certos espaços simplesmente por não terem o português como língua de comunicação ativa.

Enquanto a escola continuar a impor o português como única língua legítima, estaremos negando a identidade das crianças. O ensino bilíngue deve começar na base, com reconhecimento institucional e apoio pedagógico real. Uma vez que existem materias, peso embora escassos e mal distribuídos, o que faz com que a maior parte das escolas nas áreas urbanas não tenham acesso.

Uso das línguas nativas africanas de forma legislativa, terá mais valia para o desenvolvimento e a inclusão para os que não têm a língua portuguesa como língua de partida. Com isso, não haverá necessidade de uma única língua ser o vínculo comunicativo. Mas também, sei que será trabalhoso para implementação da mesma nos estabelecimentos de ensino e não só por falta de materiais produzidos para o sustento dela. Actualmente, já se produz muito conteúdos relativamente sobre as nossas línguas nativas, mas não suficiente para o que se pretende atingir. Ainda devemos trabalhar ou produzir mais conteúdos sobre os aspectos línguas das variadas línguas como: gramáticas, prontuários, dicionários e outros conteúdos que permitem o desenvolvimento das mesmas.

A implantação da língua no recinto escolar

É importante que se criem políticas públicas em Angola para a inclusão das línguas nacionais nas escolas e em outras áreas sociais para a manutenção e preservação da cultura e a consequente originalidade dos povos.